

Ediçães



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

Estado do Paraná



Estado do Paraná

Santa Maria do Oeste

Capital do Oeste

CNPJ: 95.684.544/0001-26

DECRETO Nº 09, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

SÚMULA: DECRETA RECESSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando Período de Carnaval nos dias 04 e 05 de Março e Quarta-feira de Cinzas em 06 de Março de 2018.

O Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado recesso administrativo aos servidores no dia 04, 05 e 06 de março de 2019, em todos os setores da administração pública municipal.

Art. 2º - Os serviços considerados de natureza essencial manterão equipes em atividades conforme designações dos respectivos secretários responsáveis.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Santa Maria do Oeste/PR, 28 de fevereiro de 2019.



JOSE REINOLDO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000

FONE/FAX: (042) 3644-1359

C.A.N.P.J. Nº 95.684.544/0001-26



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ

C N P J: 95.684.544/0001-26

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (42) 3644-1359



Estado do Paraná

Santa Maria do Oeste

Capital do Oeste

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Processo Licitatório nº 008/2019, elaborado na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2019, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE MAQUINAS PESADAS DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE – PARANÁ"**, pela proposta mais vantajosa para o Município - Menor Preço Por Lote, conforme especificado no Edital, Relatório de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **ADJUDICANDO** o objeto aos licitantes abaixo especificados, sendo que os mesmos apresentaram propostas condizentes e validas ao objeto deste processo licitatório. Cujos valores estão compatível com o preço referencial integrante do processo licitatório.

- **J. MARTINELLI EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob n.º 01.400.519/0001-20, localizada na Rua Das Palmeiras, s/n, Bairro Cristo Rei, Município de Chopinzinho – Pr.

- LOTE: 1 - TRATOR NEW HOLLAND TL 75 – Valor Total do Lote de R\$ 44.080,00 (Quarenta e Quatro Mil e Oitenta Reais).

- LOTE: 2 - RETROESCAVADEIRA CAT 416E – Valor Total do Lote de R\$ 152.280,00 (Cento e Cinquenta e Dois Mil Duzentos e Oitenta Reais).

- LOTE: 4 - MOTONIVELADORA CASE 845 – Valor Total do Lote de R\$ 78.080,00 (Setenta e Oito Mil e Oitenta Reais).

- **E. SCHON ME**, inscrita no CNPJ sob n.º 19.368.917/0001-44, localizada na Rua Paraná, 261, Município de Turvo – Pr.

- LOTE: 3 - ROLO COMPACTADOR DINAPACA CA15 – Valor Total do Lote de R\$ 94.400,00 (Noventa e Quatro Mil e Quatrocentos Reais).

- LOTE: 7 - PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C – Valor Total do Lote de R\$ 124.000,00 (Cento e Vinte e Quatro Mil Reais).

- **AUTO MECANICA MORIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob n.º 10.898.775/0001-80, localizada na Rua Imaculada Conceição, 275, Centro, Município de Palmital – Pr.

- LOTE: 5 - ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX225 – Valor Total do Lote de R\$ 167.400,00 (Cento e Sessenta e Sete Mil e Quatrocentos Reais).

- **RETROMAC COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob n.º 02.009.042/0001-19, localizada na Rua Maria Olimpia Jardim, 370, Jardim Izabel, Município de Campo Mourão – Pr.



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ

C N P J: 95.684.544/0001-26

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (42) 3644-1359



Estado do Paraná

Santa Maria do Oeste

Capital do Oeste

- LOTE: 6 - RETROESCAVADEIRA JCB 3C – Valor Total do Lote de R\$ 78.000,00 (Setenta e Oito Mil Reais).

- LOTE: 8 - MOTONIVELADORA CAT 120K – Valor Total do Lote de R\$ 155.900,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil e Novecentos Reais).

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste-Pr, 28 de Fevereiro de 2019.

JOSE REINOLDO OLIVEIRA

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

Estado do Paraná



Estado do Paraná

Santa Maria do Oeste

Capital do Oeste

CNPJ: 95.684.544/0001-26

PORTARIA Nº 007/2019

SÚMULA: Exonerar servidor publico municipal, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal n.º 004/2001.

RESOLVE:

ART. 1º Exonerar conforme pedido o Servidor **ELIO DIDIMO**, portador do CPF 925.668.049-15, do cargo de MOTORISTA CATEGORIA D, aprovado em concurso publico e nomeado através do Decreto 015/2011 em 21 de fevereiro de 2011.

ART. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste, 18 de fevereiro de 2019.

JOSE REINOLDO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000

TELEFONE: (042) 3644-1359



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

Estado do Paraná



Estado do Paraná

Santa Maria do Oeste

Capital do Oeste

CNPJ: 95.684.544/0001-26

PORTARIA Nº 008/2019

SÚMULA: Exonerar Secretários Municipais, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal n.º 363/2013.

RESOLVE:

ART. 1º Exonerar Secretários Municipais, conforme abaixo relacionados:

NOME	FUNÇÃO
DAIANE DE LURDES DAMIAO	SECRETARIO MUNIPAL DE GOVERNO
REINALDO MELLO MACHADO	SECRETARIO MUNIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RODRIGO ALVES DA LUZ	SECRETARIO MUNIPAL DE AGRICULTURA
JORLEI GEFER	SECRETARIO MUNIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
OZEIAS BOIKO DA ROSA	SECRETARIO MUNIPAL DE VIAÇÃO
JOSE INORI SOARES MOREIRA	SECRETARIO MUNIPAL DE URBANISMO
LUCIMARA FALCÃO DOS SANTOS	SECRETARIO MUNIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL
PEDRO CABRERA	SECRETARIO MUNIPAL MEIO AMBIENTE
CLOVIS NOVAKOSKI	SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE

ART. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste, 28 de fevereiro de 2019.

JOSE REINOLDO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000

TELEFONE: (042) 3644-1359



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

Estado do Paraná



Estado do Paraná

Santa Maria do Oeste

Capital do Oeste

CNPJ: 95.684.544/0001-26

PORTARIA Nº 009/2019

SÚMULA: Exonerar servidores em cargo de comissão, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal n.º 363/2013.

RESOLVE:

ART. 1º Exonerar servidores em cargo de comissão, conforme abaixo relacionados:

RAMON BARBOSA E SILVA	CHEFE PROCURADORIA JURIDICA
SANDRA PEREIRA	CHEFE DE SEÇÃO
CARLOS FERREIRA ORTIS	ASSESSOR TECNICO ADMINISTRATIVO
ADEMIR DA SILVA DUTRA	DIR DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ANA FLAVIA DE OLIVEIRA MONTEIRO	DIR DEPARTAMENTO PATRIMONIO
BRUNA ALVES	CHEFE DE DIVISÃO
ROSA LUZIANE PTOTECHE	CHEFE DE DIVISÃO
SATURINO LAMIN	CHEFE DE DIVISÃO
VALDIR CORDEIRO	CHEFE GAB SEC MUN ADMINISTRAÇÃO
ALDA APARECIDA MARTINS BEREZOSKI	CHEFE DE SEÇÃO
EDMARA SCHINEMAN PEREIRA	CHEFE DE DIVISÃO
TERESINHA APARECIDA PEDROSO	CHEFE DE SEÇÃO
DANIEL FERREIRA TADRA	CHEFE DE SEÇÃO
ERIDIANE APARECIDA RIBEIRO	CHEFE DE DIVISÃO
GISELI CAMARGO QUADROS	CHEFE DE SEÇÃO
MARLENE TEREZINHA DOS SANTOS	CHEFE DE SEÇÃO
VERCI GALVAO RODRIGUES	DIR DEP PROGRAMAS E PROJETOS
CLEVERSON OSMAR DE LIMA	DIRETOR DEPTO FOR AGROP GER E RENDA
ROZANE CHAVES	CHEFE DE SEÇÃO
CLARITA DE FATIMA STACIAC	DIR DEP DOC APOIO PEDAGOGICO
GORETA APARECIDA DE LIMA	CHEFE DE SEÇÃO
VIVIANE ANDRADE DE AMARAL	DIRETOR DEPTO E.F.P.E
ELCIO LUCAS DOROCZ	DIR DEPTO CON TRANSPORTE ESCOLAR
VALDIR BORGES SALDANHA	CHEFE GAB SEC MUN CULTURA ESPORTE
LUIZ GUSTAVO FERREIRA	DIRETOR DEP DE CULTURA
JULIANE PEREIRA	CHEFE DE DIVISÃO
ANELIA DE CAMPOS MOREIRA	CHEFE DE SEÇÃO

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000

TELEFONE: (042) 3644-1359



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

Estado do Paraná



Estado do Paraná

Santa Maria do Oeste

Capital do Oeste

CNPJ: 95.684.544/0001-26

CLARICE DE SOUZA BANDEIRA OLIVEIRA	CHEFE DE SEÇÃO
ESIQUEL MACHADO	CHEFE DE SEÇÃO
GONÇALINO DE OLIVEIRA	CHEFE DE GAB SEC MUN VIAÇÃO
PAULO SCIBOR	CHEFE DE DIVISÃO
EDIMAR DE OLIVEIRA	DIRETOR DPTO HABITAÇÃO
ESIQUEL FERREIRA DE ANDRADE	CHEFE DE DIVISÃO
JOAO MARIA BARBOSA	CHEFE DE SEÇÃO
LURDES SOLARSKI DE MELLO	DIRETOR DEPTO ACOES BASICAS ASS SAUDE
ANA PAULA RIBAS MAI	DIR DEPTO PROMOÇÃO SOCIAL
FERNANDO ALVANI BORGES	CHEFE DE DIVISÃO
SIDNEIA GULANOSKI	CHEFE GAB SEC MUN PROMOÇÃO SOCIAL

ART. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste, 28 de fevereiro de 2019.

JOSE REINOLDO OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000

TELEFONE: (042) 3644-1359



PREFEITURA MUNICIPAL

Santa Maria do Oeste

Estado do Paraná



Estado do Paraná

Santa Maria do Oeste

Capital do Oeste

CNPJ: 95.684.544/0001-26

PORTARIA Nº 010/2019

SÚMULA: Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, e dá outras providências, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal n.º 004/2001.

RESOLVE:

ART. 1º **CONCEDER** a servidora MARIA NADIR PEREIRA DOS SANTOS MOREIRA, portadora do CPF nº 797.890.139-49, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, **aposentadoria por tempo de contribuição**, a qual será paga pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, conforme carta de concessão.

ART. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste, 28 de fevereiro de 2019.

JOSE REINOLDO OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000

TELEFONE: (042) 3644-1359



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - PR

CNPJ: 78800200001-82

GESTÃO 2017-2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Concorrência Nº3/2016

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 75/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion nº 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **VALDENEI DE SOUZA**.

CONTRATADO: **HELPMED SAÚDE LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Desembargador Westepalen, 1949 SALA 28 - CEP: 80220030 - Bairro: Reboças, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº04.770.650/0001-77, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor (a) LUAN CESAR BALBINO DIAS, portador do RG nº 9.029.155-6 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.624.689-47 denominada **CONTRATADA**.

AQUISIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA RESPECTIVA ÁREA (MÉDICO PLANTONISTA) JUNTO AO MUNICIPIO DE PALMITAL - PR, CONFORME AS CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.

DATA DO CONTRATO: 28/02/2019 (vinte e oito dias de fevereiro de 2019)

VIGÊNCIA: 13/02/2020 (treze dias de fevereiro de 2020).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	23.309	20.855
Carteira de Crédito *	240.237	225.422
Depósitos	19.267	189.892
Patrimônio Líquido	117.190	90.197
Capital	45.401	38.703
Resultado Antes das Destinações	12.286	12.152
Rentabilidade do PL	10,48%	13,47%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	357.343	319.631	CIRCULANTE	179.403	170.093
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.365	5.531	DEPÓSITOS (NOTA 11)	44.233	41.849
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	148.948	123.294	Depósitos à Vista	32.390	28.605
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	50	Depósitos a Prazo	11.843	13.244
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	148.947	123.244	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	103.689	104.218
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	181.512	177.428	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	1
Operações de Crédito	190.380	184.091	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	103.689	104.217
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.868)	(6.663)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	447	468
OUTROS CRÉDITOS	16.373	12.473	Recursos em Trânsito de Terceiros	447	468
Créditos por Avals e Franças Honorários (NOTA 06)	290	255	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	4.005	3.310
Rendas a Receber	797	600	Empréstimos País - Outras Instituições	4.005	3.310
Diversos (NOTA 06 e 07)	15.639	11.844	OUTRAS OBRIGAÇÕES	27.029	20.158
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(353)	(226)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	57	58
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	3.145	905	Sociais e Estatutárias	1.987	1.956
Outros Valores e Bens	3.023	817	Fiscais e Previdenciárias	674	486
Despesas Antecipadas	122	88	Diversas (NOTA 14)	24.311	17.658
NÃO CIRCULANTE	64.117	38.965	NÃO CIRCULANTE	151.860	110.889
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.061	997	DEPÓSITOS (NOTA 11)	145.659	108.170
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.061	997	Depósitos a Prazo	145.659	108.170
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	43.910	22.389	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	4.597	115
Operações de Crédito	47.403	25.077	Repasse Interfinanceiros	4.597	115
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.493)	(2.688)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	1.604	1.604
OUTROS CRÉDITOS	68	10	Diversas	1.604	1.604
Diversos (NOTA 06 e 07)	72	10			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(4)	-			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	52	108			
Despesa Antecipadas	52	108			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	9.168	8.440	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.197	77.704
Outros Investimentos	9.168	8.440	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	38.703	34.716
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	7.099	4.960	De Domiciliados no País	46.683	40.590
Outras Imobilizações de Uso	10.619	7.710	(Capital a Realizar)	(7.980)	(5.874)
(Depreciação acumulada)	(3.520)	(2.750)	RESERVAS DE SOBRAS	48.642	40.656
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.759	2.061	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.852	2.332
Outros Ativos Intangíveis	5.159	3.924			
(Amortização acumulada)	(2.400)	(1.863)			
TOTAL DO ATIVO	421.460	358.596	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	421.460	358.596

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (Em milhares de Reais)									
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77									
Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ata Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ata Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ata Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.895	-	23.895	47.703	-	47.703	43.705	-	43.705
Operações de Crédito	23.857	-	23.857	47.632	-	47.632	43.657	-	43.657
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	32	-	32	64	-	64	44	-	44
Resultado das Aplicações Computabilizadas	6	-	6	7	-	7	4	-	4
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(10.364)	(14)	(10.378)	(20.416)	(26)	(20.442)	(22.784)	(621)	(23.405)
Operações de Captação no Mercado	(3.184)	(14)	(3.198)	(6.513)	(26)	(6.539)	(9.241)	(18)	(9.259)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.928)	-	(2.928)	(6.722)	-	(6.722)	(6.630)	(603)	(7.233)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.252)	-	(4.252)	(7.181)	-	(7.181)	(6.913)	-	(6.913)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.531	(14)	13.517	27.287	(26)	27.261	20.921	(621)	20.300
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(9.513)	1.749	(7.764)	(18.118)	3.233	(14.885)	(11.412)	2.418	(8.994)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.161	3.929	6.090	4.120	7.373	11.493	3.519	5.431	8.950
Rendas de Tarifas Bancárias	2.116	-	2.116	4.065	-	4.065	3.371	-	3.371
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.653)	(903)	(9.556)	(16.263)	(1.590)	(17.853)	(13.367)	(1.229)	(14.596)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(6.582)	(1.041)	(7.623)	(12.532)	(1.838)	(14.370)	(11.520)	(1.381)	(12.901)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(20)	(196)	(216)	(55)	(368)	(423)	(38)	(271)	(309)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	5.897	362	6.259	11.555	376	11.931	13.740	342	14.082
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(4.432)	(402)	(4.834)	(9.008)	(720)	(9.728)	(7.117)	(474)	(7.591)
RESULTADO OPERACIONAL	4.018	1.735	5.753	9.169	3.207	12.376	9.509	1.797	11.306
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	47	8	55	74	68	142	14	(1)	13
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.065	1.743	5.808	9.243	3.275	12.518	9.523	1.796	11.319
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	191	191	-	(366)	(366)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	119	119	-	(209)	(209)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	72	72	-	(157)	(157)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	4.065	1.594	5.999	9.243	2.909	12.152	9.523	1.796	11.319
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.909	(2.909)	-	1.796	(1.796)	-
REVERSO DE RESERVA DE EXPANSÃO	-	-	-	1.446	-	1.446	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.065	1.594	5.999	13.598	-	13.598	11.319	-	11.319
DESTINAÇÕES	-	-	-	(10.746)	-	(10.746)	(8.987)	-	(8.987)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.189)	-	(2.189)	(1.992)	-	(1.992)
Fates - Estatutário	-	-	-	(571)	-	(571)	(466)	-	(466)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(7.986)	-	(7.986)	(6.529)	-	(6.529)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.852	-	2.852	2.332	-	2.332

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP

CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	30.983	34.127	-	1.819	66.929
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.794	-	-	(1.794)	-
Outras destinações	-	-	-	(25)	(25)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.573	-	-	-	4.573
Baixas de capital	(3.975)	-	-	-	(3.975)
Resultado do período	-	-	-	11.319	11.319
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(466)	(466)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.529	-	(6.529)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.341	-	-	(1.992)	(651)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	34.716	40.656	-	2.332	77.704
Mutações do Período	3.733	6.529	-	513	10.775
Saldos no início do período em 01/01/2018	34.716	40.656	-	2.332	77.704
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	876	-	-	(876)	-
Destinações para reservas	-	-	1.446	(1.446)	-
Outras destinações	-	-	-	(10)	(10)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.392	-	-	-	4.392
Baixas de capital	(2.756)	-	-	-	(2.756)
Reversões de reservas	-	-	(1.446)	1.446	-
Resultado do período	-	-	-	12.152	12.152
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(571)	(571)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.986	-	(7.986)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.475	-	-	(2.189)	(714)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	38.703	48.642	-	2.852	90.197
Mutações do Período	3.987	7.986	-	520	12.493
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	36.506	40.656	1.446	6.153	84.761
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.496	-	-	-	2.496
Baixas de capital	(1.774)	-	-	-	(1.774)
Reversões de reservas	-	-	(1.446)	1.446	-
Resultado do período	-	-	-	5.999	5.999
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(571)	(571)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.986	-	(7.986)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.475	-	-	(2.189)	(714)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	38.703	48.642	-	2.852	90.197
Mutações do Período	2.197	7.986	(1.446)	(3.301)	5.436

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista -
Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	8.300	16.356	10.704
Resultado do semestre/exercício	5.999	12.152	11.319
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.301	4.204	(615)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	2.053	3.010	(1.728)
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(8)
(Reversão) para desvalorização de outros créditos	108	131	76
Depreciação do imobilizado de uso	550	1.009	804
Amortização do intangível	290	537	485
Baixas do ativo permanente	54	108	39
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(123)	(28)	84
Destinações ao FATES	(571)	(571)	(466)
Dividendos SicrediPar	(60)	8	99
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	19.580	15.487	1.116
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(32)	(64)	(644)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.622	49	(43)
Redução em relações com correspondentes	-	-	4
(Aumento) em operações de crédito	(47.574)	(28.615)	(41.374)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	28.876	3.953	23.587
(Aumento) em outros créditos	(3.278)	(4.097)	(2.780)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.389)	(2.184)	(263)
Aumento em depósitos	31.594	38.872	18.822
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(68)	(21)	222
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	131	695	288
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(466)	(364)
Aumento em outras obrigações	8.698	7.365	3.661
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	27.880	31.843	11.820
Aquisição de Investimentos	-	(728)	(499)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.706)	(3.256)	(763)
Aplicações no Intangível	(501)	(1.234)	(598)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.207)	(5.218)	(1.860)
Integralização de capital	2.496	4.392	4.573
Baixa de capital	(1.774)	(2.756)	(3.975)
Juros ao capital próprio	(714)	(714)	(651)
Distribuição de Sobras	-	(10)	(25)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	8	912	(78)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	25.681	27.537	9.882
Caixa e equivalente de caixa no início do período	130.631	128.775	118.893
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	156.312	156.312	128.775

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/08/1983 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLI, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	7.365	5.531
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	148.947	123.244
Total	156.312	128.775

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.061	997
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.061	997
Total não circulante	1.061	997

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	82.086	37.509	119.595	96.757
Financiamentos	4.437	5.261	9.698	7.783
Financiamentos rurais e agroindustriais	103.857	4.633	108.490	104.628
Carteira total	190.380	47.403	237.783	209.168

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	290	-	290	255
Devedores por compra de valores e bens	55	68	123	67
Títulos e créditos a receber (i)	13.892	4	13.896	9.744
Total	14.237	72	14.309	10.066

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	55	-	-	-
Nível A	0,50	96.405	91.890	482	459
Nível B	1,00	102.225	90.135	1.022	909
Nível C	3,00	26.970	18.830	808	565
Nível D	10,00	12.249	7.930	1.225	793
Nível E	30,00	5.086	3.287	1.526	986
Nível F	50,00	1.533	1.572	767	786
Nível G	70,00	2.269	1.705	1.588	1.194
Nível H	100,00	5.300	3.885	5.300	3.885
Total		252.092	219.234	12.718	9.577

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018				2017	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.441	23.775	30.732	23.366	82.314	63.195
Rural	-	19.220	84.637	4.633	108.490	104.628
Industrial	188	3.506	2.865	3.088	9.647	9.173
Comércio	521	8.933	11.737	7.157	28.348	25.569
Outros Serviços	551	5.920	7.591	9.231	23.293	16.669
Total	5.701	61.354	137.562	47.475	252.092	219.234

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	30.804	12,22	29.926	13,65
50 devedores seguintes	57.990	23,00	56.563	25,80
100 devedores seguintes	47.107	18,69	42.042	19,18
Demais	116.191	46,09	90.703	41,37
Total	252.092	100	219.234	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	9.577	11.229
Constituição de provisão	7.181	6.913
Movimentação de baixados para prejuízo	(4.040)	(8.565)
Saldo final	12.718	9.577

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.773 (2017 - R\$ 3.165), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 11.278 (2017 - R\$ 12.407).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	79	115
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	273	937
Devedores por compra de valores e bens	55	58
Devedores por depósitos em garantia	138	123
Impostos e contribuições a compensar	331	264
Títulos e créditos a receber	13.892	9.743
Valores honrados	-	3
Devedores por convênios	6	-
Operações com cartões	313	20
Pendências a regularizar	251	131
Outros	301	450
Total Circulante	15.639	11.844

Devedores por compra de valores e bens	68	9
Títulos e créditos a receber	4	1
Total não circulante	72	10

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	3.014	817
Imóveis	3.003	537
Veículos e afins	11	40
Máquinas e equipamentos	-	240
Material em estoque	9	-
Despesas antecipadas	122	88
Total Circulante	3.145	905

Despesas antecipadas	52	108
Total não circulante	52	108

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	5.466	4.738
Sicredi Participações S.A.	3.701	3.701
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	9.168	8.440

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	1.197.066 ON	1.197.066 ON	1	1	5.465.634	4.738.122
Número de ações/quotas possuídas	2.503.907 PN	2.503.907 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,42%	0,42%	0,62%	0,61%	2,40%	2,47%
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	3.701	3.701	1	1	5.466	4.738

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	10.619	(3.520)	7.099	4.960
Imobilizações em curso	-	1.216	-	1.216	372
Instalações	10%	2.928	(944)	1.984	1.688
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.689	(856)	1.833	1.383
Sistema de comunicação	10%	334	(68)	266	129
Sistema de processamento de dados	20%	2.413	(1.319)	1.094	950
Sistema de segurança	10%	662	(173)	489	343
Sistema de transporte	20%	377	(160)	217	95

Intangível (i)	5.159	(2.400)	2.759	2.061
Investimentos Confederação	5.062	(2.392)	2.670	2.061
Outros ativos intangíveis	97	(8)	89	-

Total	15.778	(5.920)	9.858	7.021
-------	--------	---------	-------	-------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	32.390	-	-	32.390	28.605
Depósitos a prazo	7.500	4.343	145.659	157.502	122.414
Total	39.890	4.343	145.659	189.892	151.019

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	103.689	104.217
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	103.689	104.217
Total circulante	103.689	104.217

Recursos do Crédito Rural	4.597	115
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.597	115
Total não circulante	4.597	115

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	4.005	3.310
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.005	3.310
Total circulante	4.005	3.310

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	2.975	1.761
Obrigações por convênios oficiais	14	14
Provisão para pagamentos a efetuar	4.204	3.074
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	231	259
Outras Contingências	-	2
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.478	1.473
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	76	96
Pendências a regularizar	11	2
Operações com cartões	13.751	9.448
Demais fornecedores	383	450
Credores diversos	1.188	1.079
Total circulante	24.311	17.658

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	1.604	1.604
Total não circulante	1.604	1.604

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	15	-	-	15
Cível	244	263	(291)	216
Total	259	263	(291)	231

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	15	15
Cível	Provável	216	244
Total		231	259

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 17; R\$ 1.472 e R\$ 249 (2017 - R\$ 10, R\$ 1.673 e R\$ 16), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 002/2018, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN - ato cooperativo. O processo encontra-se em fase de decisão tramitando à Secretaria Municipal da Fazenda, atingindo o valor de R\$ 233, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	38.703	34.716
Total de associados	20.855	17.928

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.987 (2017 – R\$ 3.733), sendo R\$ 2.351 (2017 – R\$ 3.135) via integralização de resultados e R\$ 4.392 (2017 – R\$ 4.573), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.756 (2017 – R\$ 3.975).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em 70% em Conta Capital e 30% em Conta Corrente, no montante de R\$ 2.189, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	12.518	11.319
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.258)	(4.754)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	9	-
Provisão resgate de milhas cartão	40	20
Provisão PPR	(46)	40
Receita com atos cooperativos	3.882	4.000
Juros sobre capital próprio	919	837
Outros	88	(143)
Subtotal	4.892	4.754
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(366)	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.061	997
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	148.947	123.244
Outros Créditos - Rendas a receber	618	430
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	452	1.149
Investimentos (Nota 09)	9.168	8.440
Intangível (Nota 10)	2.670	2.061
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	108.286	104.332
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.005	3.310
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	13.771	9.399
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	1.680	1.700
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	64	44
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	3.561	2.533
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	8.551	12.085
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	6.722	7.233
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	770	616
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	5.009	4.522

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	38	0,12%	41
Depósitos a prazo	1.123	0,71%	1.261
Operações de crédito	927	0,39%	813

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.746	1.929

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	297	264
Despesa de aluguéis	1.545	1.473
Despesa de comunicação	765	807
Despesa de manutenção e conservação	930	863
Despesa de material	260	248
Despesa processamento dados	330	263
Despesa de promoções e relações públicas	1.583	1.086
Despesa de propaganda e publicidade	237	208
Despesa de seguro	524	431
Despesa de serviços do sistema financeiro	964	940
Despesa de serviços de terceiros	210	318
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.096	1.050
Despesa de serviços de técnicos especializados	720	599
Despesa de serviços de transportes	1.560	1.461
Despesa de viagem	108	262
Despesa de depreciação	1.017	805
Outras despesas administrativas	2.224	1.823
Total	14.370	12.901

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.176	970
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	8.242	11.705
Reversão de provisões operacionais	1.905	938
Outras rendas operacionais	608	469
Total	11.931	14.082

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.042	423
Contribuições Cooperativistas	197	177
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	468	419
Contribuição Confederação Sicredi	3.466	2.911
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	559	445
Encargos da administração financeira	55	66
Repasse administradora de Cartões	196	334
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	529	485
Outras provisões operacionais	1.738	1.221
Outras despesas operacionais	1.478	1.110
Total	9.728	7.591

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	48.671	44.598
Coobrigações em cessões de crédito	8	11
Total	48.679	44.609

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos”

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	88.446	77.292
Nível I (NI)	87.438	76.272
Capital principal - CP	87.438	76.272
Capital social	38.703	34.716
Reservas de capital	48.642	40.656
Lucros acumulados	2.852	2.332
Ajustes Prudenciais	(2.759)	(1.432)
Nível II (NII)	1.008	1.020
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	1.008	1.020
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	369.543	320.519
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	684	221
Margem de Capital (i)	48.960	43.417
Índice de Basileia (PR / RWA)	23,93%	24,11%
Situação de Imobilização (Imob)	7.100	5.590
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,03%	7,23%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

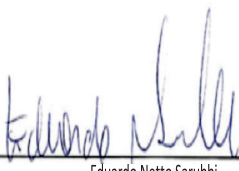
Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.



Valmir Dzivilevski
Diretor Executivo
CPF: 881.076.719-53



Paulo Diego Breacchini
Diretor de Operações
CPF: 057.065.289-85



Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista
- Sicredi Planalto das Águas PR/SP
Guarapuava - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

EY2

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Guarapuava / PR, 21 de fevereiro de 2019.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Ari Schwans
Conselheiro

Lucas Simon
Conselheiro

Marcelo Krachinski Galvao
Conselheiro

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP

CNPJ n.º 77.984.870/0001-77

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANÁ E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14 do Estatuto Social, convoca os senhores delegados de núcleos que em 31 de dezembro de 2018, somavam 24 (vinte e quatro), para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia 16 de março de 2019, às 10:30 (dez e trinta) horas, no VITRI Centro de Eventos – Rua Evaristo da Veiga, 278, Bairro Morro Alto na cidade de Guarapuava/PR, em única convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, para deliberarem sobre a seguinte.

ORDEM DO DIA

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, compreendendo:
 - a) Relatório da gestão;
 - b) Balanço dos dois semestres do correspondente exercício;
 - c) Demonstrativo das sobras ou perdas;
 - d) Parecer do Conselho Fiscal;
 - e) Parecer da auditoria;
2. Destinação dos resultados;
3. Destinação dos Fundos de Assistência Técnica, Educacional e Social;
4. Eleição dos componentes do Conselho Fiscal;
5. Fixação do valor das cédulas de presenças dos membros do Conselho Fiscal.
6. Aprovação da Política de governança – Resolução 4.434/15;
7. Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberatório).

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Reforma e consolidação do Estatuto Social da Cooperativa compreendendo, em especial, os seguintes dispositivos:
 - a) Art. 1.º - Inclusão área de ação;

O Presidente observa que, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social, os assuntos da ordem do dia foram previamente discutidos nas comunidades em que a cooperativa atua, através de reuniões coordenadas pelo Presidente juntamente com o Conselheiro de Administração que representa os cooperados de cada localidade, realizadas em 14/02/2019, 18/02/2019, 19/02/2019, 22/02/2019, 25/02/2019, 26/02/2019, 27/02/2019, 11/03/2019, 13/03/2019, 14/03/2019 e 15/03/2019 nas localidades de Votuporanga, Entre Rios, Cândói, Pitanga, Manoel Ribas, Palmital, Santa Maria do Oeste, Guarapuava, Portal do Lago, Pinhão e Turvo, respectivamente.

Guarapuava/PR, 01 de março de 2019.

Adilson Primo Fiorentin
Presidente

A Assembleia não se realizará na sede social por falta de acomodações. A minuta do Estatuto Social encontra-se à disposição nas agências da cooperativa.

 Justiça Eleitoral - 31ª Zona/PR ELO - Cadastro Eleitoral Eleitores Faltosos aos Últimos Três Pleitos	18/02/2019 12:59 9
Zona: 31 Município: 74837-CAMPO MOURÃO	
Eleitor	
MARIA SALETE GERONIMO GOLOVATI MARIA SONIA DE OLIVEIRA MARIA TEREZINHA DOS SANTOS PAES MARILDA WOSCH MARLENE APARECIDA SILVA DINIZ MARLENE REGINA ASSUNÇÃO MARILISA IGONACO PERES DE CRISTO MARIO MENDES DE LARA MARIO SOUZA FRANCA MARLEIA FERREIRA CALDAS MARLENE DE OLIVEIRA MARLENE FRANCISCA DE MAGALHAES MARLI ALEXANDRINO DE SOUZA MARLI CASTURNA DE OLIVEIRA MARLON CHRISTIAN MATOS VILHENA MAROSAN BOTELHO SENA MARRILEEN GULANOSKI QUESSADA MATHEUS HENRIQUE DA ROSA NASCIMENTO MAURICIO DA CRUZ CAMARGO MAURINA DOS SANTOS MAURO RODRIGUES SANTANA MAYARA CABRAL BONIFACIO MAYARA JANE CARDOSO MAYARA LEAL KIKUCHI MAYARA MOREIRA DA SILVA MICHAEL AUGUSTO DE ARAUJO MICHAEL CESAR PASSALIA MILENA CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA MILENE DE MATOS MACHADO MILTON PRADO FILHO MIRIAM AST DE SOUZA MIRIAN MARA FLORA TEIXEIRA MURILLO HENRIQUE DE LIMA NAGLIA BIANCA MEIRA NASARE CAVALCANTE DE ALMEIDA ARAUJO NATACIA NUBIA PEREIRA DE SOUZA NAYARA CAROLINA BOTELHO DE ALMEIDA NELCI GONCALVES NEREU ZILZI ALBUQUERQUE NERI CARLOS FAUSTINO NEUZA APARECIDA VALENTIM NEUZA KRUPK KUCHAL NEUZA MARIA RIBEIRO NEUZELI ALVES BARBOZA NILSON ANTONIO DA SILVA NILSON PEREIRA LOPES ODAIR JOSE DOS SANTOS ODETE CANDIDO OLIVIO FERREIRA DOS SANTOS OLIVIO LEMES OLIVIO BACKES ONDINA DOMINICO DIEDRICH ORLANDO ALVES FERREIRA OTALIA MACHADO MENDONÇA PALOMA ALVES FELISBERTO PATRICIA APARECIDA MACHADO FERMINO	091688030655 097707190604 010968710680 004738400639 088491030604 110081030663 020466690620 052111330647 011120700639 069787480604 011013990604 061678910688 011376130688 011119190655 108023580663 011018260671 398378920141 103907080647 112209260620 112457850647 054725940612 108021200639 113449560655 104255550604 055689970604 105562410620 095171880663 110003070620 102563380612 100174330671 079002300671 112457390680 014601880612 112456550688 112454180663 108737700647 112453010655 340104201411 067939370647 097906720639 011114540612 02854712470 04986970647 011354700639 027818961872 061467700612 025840400612 064572400680 074801510620 064997000663 044757600655 011162000671 012712680604 107815860620 011320220604 108373860655 109986590639

 Justiça Eleitoral - 31ª Zona/PR ELO - Cadastro Eleitoral Eleitores Faltosos aos Últimos Três Pleitos	18/02/2019 12:59 12
Zona: 31 Município: 74837-CAMPO MOURÃO	
Eleitor	
VILSON PRADO VINICIUS APARECIDO DA SILVA LUZ VITOR FERREIRA FILHO VIVIANE GABRIELA DA SILVA VLADIMIR NARCIZO DE SOUZA VOLMAR DELGADO WALDIR DA SILVA JUNIOR WALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS WELSON DOS SANTOS WELLINGTON DE OLIVEIRA SALES WELLINGTON GUSTAVO HERRMANN DOS SANTOS WELLINGTON THIAGO DA SILVA WELLINGTON DOS SANTOS DA SILVA WESLEY DOUGLAS ROSA WESLEY CARLOS DE SOUZA WESLEY DIAS ARAUJO DA COSTA WESLEY EDER DE ANDRADE SIQUEIRA WESLEY MATEUS BARBOSA DE SOUZA WILLIAN HENRIQUE DE SOUZA AMARAL WILLYARD MASSAKITI TAKEMOTO WILSON HERRMANN DOS SANTOS ZAQUEU CAETANO DA SILVA ZENIA VIEIRA ZENI BUENO DE CAMARGO Total da Zona: 651 Total do Município: 651	091693520671 106059910620 088462520698 095166750604 067704810663 099319590442 112458010671 011086190639 112407770647 393506440108 104245340647 109996810604 106527600639 062871130655 107579750680 109999410604 103990800604 112454920655 102565370663 067314040604 10068070671 00582411813 100681380604 040718140604

 Justiça Eleitoral - 31ª Zona/PR ELO - Cadastro Eleitoral Eleitores Faltosos aos Últimos Três Pleitos	18/02/2019 12:59 10
Zona: 31 Município: 74837-CAMPO MOURÃO	
Eleitor	
PATRICIA FRANCISCA DE SOUZA PAULO BORDOIAK PAULO CESAR DIAS TIMOTHEO PAULO HENRIQUE DE CASTRO PAULO MORENO GOULART PAULO RIBEIRO PAULO SERGIO DOS SANTOS PEDRO CARLOS SCHMIDT PEDRO FERREIRA DE CAMPOS JUNIOR PEDRO THIAGO ZANFELLI PLINIO VERONA RAFAEL NUNES PEREIRA RAFAEL UHREN MARTINS RAFAELA MARIA ARAUJO RANGEL DA SILVA DIAS RAQUEL ALVES REALNDO VIANA DE SOUZA RENAN CARLOS FERREIRA RENILDO APARECIDO ESPANHOL RICARDO PEREIRA RITIELY DA SILVA RETICENA ROBERTO FRANCISCO DA SILVA RODRIGO DE OLIVEIRA VASCONCELOS RODRIGO DOS SANTOS RODRIGO LIMA PEDROSO ROGER LOPES RIBEIRO ROGERIO RODRIGUES DE CASTRO BATISTA ROGERIO XAVIER ROGERSON RETICENA ROMILDA DA SILVA ROMILDO FERREIRA RANUCCI RONALDO LUIS GONCALVES RONALDO OTAVIO RIBEIRO RONALDO RIBAS RONDELINI CARLOS ADRIANO ROSA MARIA FERREIRA ROSALINA MARIA TRAJANO ROSANA ANTUNES DE OLIVEIRA ROSANA DE SOUZA ROSANA TAVARES ROSANGELA ANDRADE MARTINS ROSELI APARECIDA LEMES ROSILENE VESTPHAL ROSIMARA COSTA PAULINO ROSIMERY MORAIS ROSIMERY ROBERTO TEIXEIRA ROSIMERY BRANDAO NARCISO RUTH DE OLIVEIRA ANDREO SABRINA DELLA VEDOVA DA SILVA SANDRA CEVERIANO COELHO SANDRO LUIZ MARTELLI SHELLLA NAYARA LOPES SELMA DA COSTA SERGIO DIAS SHAMIR JACOB SHELGA DE SOUZA DE JESUS SIDINEIA PEDROSO DE OLIVEIRA	077619980663 095166980604 103910380671 108735730671 011143580647 083742010680 011335020698 067708930665 085371600620 101366030655 011061010647 100700210671 097880640671 074948020612 097898880655 097957140639 054472990671 376440570116 074936170647 098939210612 105685660116 183408550116 023742081295 207328640264 074948010663 106055740671 067311500604 083031580698 088461950663 039862430663 047844060404 108020500698 087444520639 067309830663 074987630604 106988780655 064129980655 058662480655 104248940671 067676480604 046624500639 37122570141 055527990604 084142590604 108734140655 073798930620 081862810671 015698832399 098163400620 06300230604 0106887802399 105685930620 068832410655

 CIS - Consórcio Intermunicipal de Saúde 22ª R.S. de Ivaiporã – Pr. CNPJ: 02.586.019/0001-97	18/02/2019 12:59 12
PORTARIA Nº 15/2019	
SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, 22ª REGIONAL DE SAÚDE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade,	
E considerando o contido no artigo 130 da CLT, RESOLVE:	
CONCEDER	
FÉRIAS regulamentar a que tem direito a SERVIDORA SIRLENE TORQUATO , consistente de 10 (DEZ) dias iniciando-se o período de gozo em 01/03/2019 a 10/03/2019 com período aquisitivo de 02/06/2017 à 01/06/2018 .	
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.	
Dê-se ciência publique-se e cumpra-se.	
Ivaiporã, 28 de fevereiro de 2019.	
CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS PRESIDENTE DO CIS	
Rua Professora Diva Proença, 500, Centro – Ivaiporã – Pr. CEP: 86.870-000 Fone: (43) 3472 – 0649; Fone fax: (43) 3472 – 1795 – e-mail: cisvaipora@hotmail.com	

 Justiça Eleitoral - 31ª Zona/PR ELO - Cadastro Eleitoral Eleitores Faltosos aos Últimos Três Pleitos	18/02/2019 12:59 11
Zona: 31 Município: 74837-CAMPO MOURÃO	
Eleitor	
SIDNEI ALTON DOS SANTOS RIBEIRO SILMAR ANAZAR DA CRUZ SILOMAR PINHEIRO DO NASCIMENTO SILMEIRE DA SILVA SILVANA APARECIDA DOS SANTOS SILVANA DE SOUZA SILVANA RIBEIRO MACHADO WATANABE SILVIO DA LUZ SIMONY MORAES MOLITOR SIRLENE DE ARAUJO MARTINS RUO SIVALDO BEZERRA DOS SANTOS SOLANGE BARROTTI SOLANGE ALVES CHULA SONIA MATOSCAN SUELI RADOLTTI SUELI CHAGAS DVORAK SUELI DOS SANTOS SUELLEN MATTOS DE LARA SUZANA DURANTE TANIA SIENA MAGALHAES TARCIS PATRIK DE FARIA GONÇALVES TATHANE KLOSTER REMICIO TATIANA PROENÇA VIEIRA TATIANE APARECIDA DE MATOS TATIANE CRISTINA MENDONÇA DA SILVA TATIANE REINALVA DA SILVA TAYNA ALVES MACHADO TAYNARA PEDROSO CONCEIÇÃO TAYRINE FRANCIELLI PEREIRA TEREZA DE LIMA OLIVEIRO TEREZINHA CORTO DE OLIVEIRA THAIS REGINA BUENO DA SILVA THAIS RUBIANA RIBEIRO THAIS SILVA ROCHA THAISA MONTENEGRO RIGHI DE OLIVEIRA THIAGO BALBINO BATISTA THIAGO FERREIRA DOS SANTOS THIAGO HENRIQUE CORREA DE ASSIS THIAGO LEAL DOS SANTOS THIAGO ROBERTO NOGAROILLI SILVA THIAGO CARRARO DE OLIVEIRA THIAGO FERREIRA DE SOUZA VAGNA APARECIDA BATISTA MARTINS VALDECI ROSA DO NASCIMENTO VALDEIR CORREIA VALDEVINO ROMA ANZOLIM VALDIR ALCARRIA VALDOMIRO MARCELINO DE PAULA VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA VANDERLEIA DANAIRE DE SOUZA VANDERLEIA DOS SANTOS RIBEIRO VANIA SCHON VERA LUCIA LEMOS DA SILVA VERALICE BOCKER VICENTE FERREIRA PAULINO NETTO VICTOR ANTONIO ANDRADE MARTINS VILSON PAULINO	102193170671 09168760671 105835720620 088495630698 105489170639 026869270647 060158620604 055758110680 095174340663 055763300663 074840260620 112456620663 070804650671 088497200612 067315570671 112456410639 053463120698 099844840620 108736410655 109980850671 110003060663 10071906055 097938310698 342935120175 108020550604 112208110680 102584410680 107576590698 100173270671 07491020698 01130880655 09778720604 10511720604 099161850604 073739520698 087496490655 099163790698 09168270639 078016140620 069798870639 09516980663 098138650604 079274850604 060858510663 080589720655 011235870604 038581710604 049846720663 069674206980 10757860663 055765060620 094882210604 049980140680 067844490663 112458100663 112203440620 011119620647

 PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - PR CNPJ 7588035/0001-82 GESTÃO 2017-2020	18/02/2019 12:59 12
TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 076/2016	
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016	
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2016	
TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL E RESPECTIVOS ADITIVOS, QUE FAZ DE UM LADO O MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR E DO OUTRO LADO A DESMECAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.	
O MUNICÍPIO DE PALMITAL- PR, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n.º 1001, CEP 85.270-000, Centro, Palmital, Paraná, inscrito no CNPJ sob o n.º 75.680.025/0001-82, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VALDENEI DE SOUZA, brasileiro, casado, portador do RG 6.446.615-1 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 795.770.409-34, domiciliado na Rua XV de Novembro, 534, centro, Palmital-PR, denominado CONTRATANTE, e a empresa DESMECAL CONSTRUTORA & INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com endereço à Avenida: Brasil n.º 128, Centro, Faxinal-PR, CEP 86.840-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.124.254/0001-83, neste ato representada por seu representante legal, Sr.(a) JOSÉ ROBERTO CAMACHO, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.818.577-9 SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob n.º 826.104.369-04, denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, decorrente do resultado da licitação, modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO, GLOBAL, Edital n.º 002/2016, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, assim como pelas condições do Edital de TOMADA DE PREÇOS n.º 002/2016, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 25/05/2016 e pelas cláusulas e seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.	
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. 1.1 – O encerramento contratual em questão encontra amparo nos dispostos dos artigos 78, inciso I e 79 inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.	
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA 3.1 – O motivo do encerramento contratual deu-se unilateralmente pela administração em razão de inexecução contratual.	
Rua Moisés Lupion, 1001 – Centro – CEP 85270-000 – Palmital – PR Fone Fax: (42) 3657-1222	

 PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - PR CNPJ 7588035/0001-82 GESTÃO 2017-2020	18/02/2019 12:59 12
CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 4.1 – Fica encerrado o contrato a partir da data de assinatura deste termo, passando a ter eficácia após publicação, conforme o disposto no § 1º, do art. 109, da Lei de Licitações vigente.	
E, estando assim justo e acertado, assina o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, lido e achado conforme, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.	
Palmital-PR, 27 de fevereiro de 2019.	
CONTRATANTE VALDENEI DE SOUZA Prefeito Municipal	
Testemunhas:	
Nome: Jose da Luz dos Santos Cordeiro CPF: 537.323-089-87	
Nome: Amanda de Lima Guimarães CPF/MF: 054.457.809-02	
Rua Moisés Lupion, 1001 – Centro – CEP 85270-000 – Palmital – PR Fone Fax: (42) 3657-1222	

 PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - PR CNPJ 7588035/0001-82 GESTÃO 2017-2020	18/02/2019 12:59 12
CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 4.1 – Fica encerrado o contrato a partir da data de assinatura deste termo, passando a ter eficácia após publicação, conforme o disposto no § 1º, do art. 109, da Lei de Licitações vigente.	
E, estando assim justo e acertado, assina o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, lido e achado conforme, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.	
Palmital-PR, 27 de fevereiro de 2019.	
CONTRATANTE VALDENEI DE SOUZA Prefeito Municipal	
Testemunhas:	
Nome: Jose da Luz dos Santos Cordeiro CPF: 537.323-089-87	
Nome: Amanda de Lima Guimarães CPF/MF: 054.457.809-02	
Rua Moisés Lupion, 1001 – Centro – CEP 85270-000 – Palmital – PR Fone Fax: (42) 3657-1222	

MUNICÍPIO DE PITANGA

CNPJ 76.172.907/0001-08

CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2019

Pregão Nº. 6/2019

Aos 28 de fevereiro de 2019, o **MUNICÍPIO DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ**, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro nº. 171, inscrito no CNPJ/MF nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Dr. Maicol Gelson Callegari Rodrigues Barbosa, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº. 8.386.265-3 SSP/PR e CPF nº. 043.260.959-89, autorizado pelo processo de Pregão Nº. 6/2019-PMP foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto na Lei Federal nº. 8666/93 de 21/06/1993, com a Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com a Lei Complementar nº. 123/2006 de 14/12/2006, com o Decreto Municipal nº. 11/2011 de 20/01/2011, com o Decreto nº. 5/2009 de 08/01/2009, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município e a Licitante Vencedora. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **D'MILLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**, inscrita no CNPJ/MF nº. 12.148.000/0001-12, estabelecida na RUA LUIZ CARLOS ZANNI, 4095 - CEP: 85.200-000 - BAIRRO: PQ IND 5, PITANGA-PR, neste ato representada pelo Sr. NELSON JUNIOR ROSSATO, portador da Cédula de Identidade nº. 71171450, CPF nº. 024.007.639-76, a saber:

Objeto: Registro de Preço para aquisição de 1200 cestas básicas em atendimento a secretaria municipal de desenvolvimento social.

Item	Descrição	Unidade	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Apúcar cristal, branco, de 1ª qualidade, 05 kg, embalado em saco plástico, pacote de 5, kg com data de fabricação e prazo de validade no mínimo 06 meses	UN	1200	R\$ 7,12	R\$ 8.544,00
2	Aroz parbolizado, longo, fino, T1, 05 Kg, embalado em saco plástico, pacote de 05 kg, com data de fabricação e prazo de validade no mínimo 06 meses	UN	1200	R\$ 8,96	R\$ 10.752,00
3	Biscoito salgado - tipo água e sal acondicionados em embalagem de polipropileno, original do fabricante, livre de umidade e fragmentos estranhos, deve conter informações do fabricante, especificações	UN	1200	R\$ 5,51	R\$ 6.612,00
4	Café de 1ª qualidade torrado e moído, embalado a vácuo, torra média 4,5 com certificado de pureza abic, embalagem interna de alumínio, externa de papel cartão, contendo 500g	UN	1200	R\$ 5,52	R\$ 6.624,00
5	Chá mate seco, Acondicionado em caixa contendo 200 g	UN	1200	R\$ 3,09	R\$ 3.708,00
6	Farinha de Milho - tipo biju, Amarela, 100% natural.	UN	1200	R\$ 2,14	R\$ 2.568,00
7	Feijão, classe, tipo 1 embalagem plástica contendo 1 kg, Produto sem presença de impurezas que comprometam o armazenamento e o consumo humano. Registro no ministério da agricultura. Validade mínima de	UN	1200	R\$ 3,09	R\$ 3.708,00
8	Fubá médio de milho amarelo, 500 g, embalagem plástica contendo 500 g, prazo de validade mínima de 180 dias da data de entrega.	UN	1200	R\$ 1,57	R\$ 1.884,00
9	Óleo vegetal de soja, refinado, 900 ml, em embalagem transparente, com prazo de validade mínimo de 180 dias da	UN	1200	R\$ 2,16	R\$ 2.592,00



MUNICÍPIO DE PITANGA
CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

	data de entrega				
10	Quilera de milho amarela fina (canjiquinha), embalagem plástica com 500 g. Prazo de validade mínima de 180 dias da data de entrega.	UN	1200	R\$ 1,58	R\$ 1.896,00
11	Sal iodado refinado, para consumo doméstico, embalagem com 01 Kg. com prazo de validade mínima de 180 dias da data de entrega	UN	1200	R\$ 0,93	R\$ 1.116,00

- 1.1.1 – **Valor da Ata: R\$ 50.004,00 (cinquenta mil e quatro reais)**
- 1.2. A Administração efetuará seus pedidos a Detentora da Ata pela Secretaria de Administração mediante autorização de compra, da indicação da dotação orçamentária por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile.
- 1.3. Caso o produto não seja aceito pela administração por defeito, falha, ou seja, não atenda às necessidades e exigências, a proponente vencedora terá 5 (cinco) dias para trocar, sob pena de rescisão da ata.
- 1.4. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante entrega realizada e conferida, pela comissão designada, quanto à qualidade do produto, à base dos preços unitário do item apresentado na proposta final, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, informando modalidade e número da licitação, nº. do empenho e dados bancários acompanhados das provas de regularidade com a Previdência Social – INSS e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- 1.5. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Secretaria de Administração.
- 1.6. Os produtos serão aceitos provisoriamente; o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos.
- 1.7. As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
- 11.004.08.244.1101.2.060.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO**
- 11.004.08.244.1101.2.060.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT**
- 11.004.08.244.1101.2.069.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO**

- 1.8. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 1.9. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a fornecedora às seguintes sanções:
- a) Multa de R\$ 5,00 (cinco reais) por dia de atraso da entrega, a cada solicitação, e no caso de reincidência por mais duas vezes consecutivas ou não entrega do objeto haverá o cancelamento da Ata do Registro de Preços.
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor dos produtos solicitados e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução dos materiais.



MUNICÍPIO DE PITANGA
CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

c) Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo período de 01 (um) ano caso o cancelamento decorra do disposto do subitem anterior, fraude, observada a ampla defesa e o contraditório.

1.10. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

1.11. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Nº. 6/2019.

1.12. Integrarão a Ata de Registro de Preços, como partes indissociáveis, a proposta apresentada pela adjudicatária.

1.13. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

1.14. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhes todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Nº. 6/2019, com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.15. Fica eleito o foro da Comarca de Pitanga, Estado do Paraná, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

1.16. Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pitanga - PR, 28 de fevereiro de 2019.

MAICOL G. CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAL

D'MILLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS



MUNICÍPIO DE PITANGA
CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2019

Pregão Nº. 9/2019

Aos 28 de fevereiro de 2019, o **MUNICÍPIO DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ**, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro nº. 171, inscrito no CNPJ/MF nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Dr Maicol Gelson Callegari Rodrigues Barbosa**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº. 8.386.265-3 SSP/PR e CPF nº. 043.260.959-89, autorizado pelo processo de Pregão Nº. 9/2019-PMP foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto na Lei Federal nº. 8666/93 de 21/06/1993, com a Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com a Lei Complementar nº. 123/2006 de 14/12/2006, com o Decreto Municipal nº. 11/2011 de 20/01/2011, com o Decreto nº. 5/2009 de 08/01/2009, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município e a Licitante Vencedora. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **IVO MARTINS - ME**, inscrita no CNPJ/MF nº. 09.363.210/0001-19, estabelecida na AV. M. PREFEITO DIRCEU DIOGO PORTUGAL, 141 - CEP: - BAIRRO: SAIDA PARA CAMPO MOURÃO, neste ato representada pelo Sr. IVO MARTINS, portador da Cédula de Identidade nº. 17261339, CPF nº. 149.924.009-06, a saber:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BUFFET E TENDAS PIRAMIDAL, PARA O EVENTO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, NO DIA 08 DE MARÇO.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	ALMOÇO - Carne assada de porco e coxa e sobre coxa de frango. Arroz branco tipo 1. Salada de tomate e repolho. Farofa. REFRIGERANTE Refrigerante em garrafa descartável de 2000 ml. Os sabores devem ser variados, contendo as seguintes composições: cola - (água gasificada, extrato de noz de cola, cafeína, corante amarelo iv, acidulante ins 338 e aroma natural. Não contém glúten, não alcoólico); sabor laranja - (água gasificada, açúcar, suco natural de laranja, 10%, aroma artificial, acidulante ins 330, conservador ins 211, estabilizantes ins 444 e ins 480, corante artificial ins 110. não contém glúten, não alcoólico). OBS: A decoração do espaço, mesas e cadeira com capai, toalhas do Buffet, guardanapos, pratos de vidro, copos descartáveis, talheres de boa qualidade são de responsabilidade do fornecedor contratado assim como equipe suficiente para atender e servir os participantes.	UN	3000	R\$ 14,50	R\$ 43.500,00



MUNICÍPIO DE PITANGA
CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

1.1.1 – **Valor total da ata: R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais).**

1.2. A Administração efetuará seus pedidos a Detentora da Ata pela Secretaria de Administração mediante autorização de compra, da indicação da dotação orçamentária por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile.

1.3. Caso o produto não seja aceito pela administração por defeito, falha, ou seja, não atenda às necessidades e exigências, a proponente vencedora terá 5 (cinco) dias para trocar, sob pena de rescisão da ata.

1.4. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante entrega realizada e conferida, pela comissão designada, quanto à qualidade do produto, à base dos preços unitário do item apresentado na proposta final, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, informando modalidade e número da licitação, nº. do empenho e dados bancários acompanhados das provas de regularidade com a Previdência Social – INSS e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

1.5. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Secretaria de Administração.

1.6. Os produtos serão aceitos provisoriamente; o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos.

1.7. As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.001.04.122.0201.2.004.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02.005.04.122.0201.2.009.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

- 1.8. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 1.9. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a fornecedora às seguintes sanções:
- a) Multa de R\$ 5,00 (cinco reais) por dia de atraso da entrega, a cada solicitação, e no caso de reincidência por mais duas vezes consecutivas ou não entrega do objeto haverá o cancelamento da Ata do Registro de Preços.
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor dos produtos solicitados e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução dos materiais.
- c) Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo período de 01 (um) ano caso o cancelamento decorra do disposto do subitem anterior, fraude, observada a ampla defesa e o contraditório.
- 1.10. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela



MUNICÍPIO DE PITANGA
CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

Administração.

1.11. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Nº. 9/2019.

1.12. Integrarão a Ata de Registro de Preços, como partes indissociáveis, a proposta apresentada pela adjudicatária.

1.13. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

1.14. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhes todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Nº. 9/2019, com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.15. Fica eleito o foro da Comarca de Pitanga, Estado do Paraná, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

1.16. Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pitanga - PR, 28 de fevereiro de 2019.

MAICOL G. CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAL

IVO MARTINS - ME



MUNICÍPIO DE PITANGA
CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2019

Pregão Nº. 9/2019

Aos 28 de fevereiro de 2019, o **MUNICÍPIO DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ**, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro nº. 171, inscrito no CNPJ/MF nº. 76.172.907/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **Dr Maicol Gelson Callegari Rodrigues Barbosa**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº. 8.386.265-3 SSP/PR e CPF nº. 043.260.959-89, autorizado pelo processo de Pregão Nº. 9/2019-PMP foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto na Lei Federal nº. 8666/93 de 21/06/1993, com a Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com a Lei Complementar nº. 123/2006 de 14/12/2006, com o Decreto Municipal nº. 11/2011 de 20/01/2011, com o Decreto nº. 5/2009 de 08/01/2009, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município e a Licitante Vencedora. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **VELOSO & MARTINS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ/MF nº. 18.999.598/0001-30, estabelecida na RUA XV DE NOVEMBRO, 741, - CEP:85.200-000 - BAIRRO: CENTRO, PITANGA-PR, neste ato representada pelo Sr. JOCELINO VELOSO MARTINS, portador da Cédula de Identidade nº. 8.466.619-0, CPF nº. 038.421.799-01, a saber:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BUFFET E TENDAS PIRAMIDAL, PARA O EVENTO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, NO DIA 08 DE MARÇO.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	TENDAS TIPO PIRAMIDAL. Locação, com montagem e desmontagem, de tenda piramidal, tamanho 10 x 10 m com cobertura em lona branca black-out estilo piramidal, com base em estrutura metálica constituída e composta de calhas interfeças laterais para captação e escoamento de água e abertura superior com protetor triangular tipo chapéu para evasão de ar quente. Altura regulável até 5 metros de altura, não será aceito altura fixa.	UN	7	R\$ 1.250,00	R\$ 8.750,00

- 1.1.1 – **Valor total da ata: R\$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais).**
- 1.2. A Administração efetuará seus pedidos a Detentora da Ata pela Secretaria de Administração mediante autorização de compra, da indicação da dotação orçamentária por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile.
- 1.3. Caso o produto não seja aceito pela administração por defeito, falha, ou seja, não atenda às necessidades e exigências, a proponente vencedora terá 5 (cinco) dias para trocar, sob pena de rescisão da ata.
- 1.4. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante entrega realizada e conferida, pela comissão designada, quanto à qualidade do produto, à base dos



MUNICÍPIO DE PITANGA
CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

preços unitário do item apresentado na proposta final, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, informando modalidade e número da licitação, nº. do empenho e dados bancários acompanhados das provas de regularidade com a Previdência Social – INSS e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

1.5. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Secretaria de Administração.

1.6. Os produtos serão aceitos provisoriamente; o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos.

1.7. As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.001.04.122.0201.2.004.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02.005.04.122.0201.2.009.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

- 1.8. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 1.9. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a fornecedora às seguintes sanções:
- a) Multa de R\$ 5,00 (cinco reais) por dia de atraso da entrega, a cada solicitação, e no caso de reincidência por mais duas vezes consecutivas ou não entrega do objeto haverá o cancelamento da Ata do Registro de Preços.
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor dos produtos solicitados e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução dos materiais.
- c) Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo período de 01 (um) ano caso o cancelamento decorra do disposto do subitem anterior, fraude, observada a ampla defesa e o contraditório.
- 1.10. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.
- 1.11. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Nº. 9/2019.
- 1.12. Integrarão a Ata de Registro de Preços, como partes indissociáveis, a proposta apresentada pela adjudicatária.
- 1.13. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.
- 1.14. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhes todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Nº. 9/2019, com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.



MUNICÍPIO DE PITANGA
CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

1.15. Fica eleito o foro da Comarca de Pitanga, Estado do Paraná, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

1.16. Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Pitanga - PR, 28 de fevereiro de 2019.

MAICOL G. CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAL

VELOSO & MARTINS LTDA - ME



MUNICÍPIO DE PITANGA
CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 77/2019.

PARTES: **MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa **JAQUELINE MEIRA LIMA 03042389960.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GARRAFAS PLÁSTICAS PERSONALIZADAS, EM CARÁTER DE URGÊNCIA PARA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER, DIA 08 DE MARÇO.

VALOR: 13.230,00 (treze mil, duzentos e trinta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.001.04.122.0201.2.004.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02.005.04.122.0201.2.009.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

VIGÊNCIA: 31/12/2019

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2019

MODALIDADE: Dispensa. nº. 3/2019

FORO: COMARCA DE PITANGA – PARANÁ



MUNICÍPIO DE PITANGA

CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 8.666/93, Lei 10.520 de 17/07/2002, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão 06/2019 nestes termos:

Data Pregão 25/02/2019
Objeto Registro de Preço para aquisição de 1200 cestas basicas em atendimento a secretária municipal de desenvolvimento social

FORNECEDOR: D'MILLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - CNPJ: 12.148.000/0001-12
Valor Total do Fornecedor: 50.004,00 (cinquenta mil e quatro reais).

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Açúcar cristal, branco, de 1ª qualidade, 05 kg, embalado em saco plástico, pacote de 5 kg com data de fabricação e prazo de validade no mínimo 06 meses	UN	1200	R\$ 7,12	R\$ 8.544,00
2	Arroz parbolizado, longo, fino, T1, 05 Kg, embalado em saco plástico, pacote de 05 kg com data de fabricação e prazo de validade no mínimo 06 meses	UN	1200	R\$ 8,96	R\$ 10.752,00
3	Biscoito salgado - tipo água e sal acondicionados em embalagem de polipropileno, original do fabricante, livre de umidade e fragmentos estranhos, deve conter informações do fabricante, especificações	UN	1200	R\$ 5,51	R\$ 6.612,00
4	Café de 1ª qualidade torrado e moído, embalado a vácuo, torra média 4,5 com certificado de pureza abic, embalagem interna de aluminizado, externa de papel cartão, contendo 500g	UN	1200	R\$ 5,52	R\$ 6.624,00
5	Chá mate seco: Acondicionado em caixa contendo 200 g	UN	1200	R\$ 3,09	R\$ 3.708,00
6	Farinha de Milho - tipo bran. Amarela, 100% natural	UN	1200	R\$ 2,14	R\$ 2.568,00
7	Feijão, classe, tipo 1 embalagem plástica contendo 1 kg. Produto sem presença de impurezas que comprometam o armazenamento e o consumo humano. Registro no ministério da agricultura. Validade mínima de	UN	1200	R\$ 3,09	R\$ 3.708,00
8	Fubá médio de milho amarelo, 500 g, embalagem plástica contendo 500 g, prazo de validade mínima de 180 dias da data de entrega	UN	1200	R\$ 1,57	R\$ 1.884,00
9	Óleo vegetal de soja, refinado, 900 ml, em embalagem transparente, com prazo de validade mínimo de 180 dias da data de entrega	UN	1200	R\$ 2,16	R\$ 2.592,00
10	Quienera de milho amarela fina (canjiquinha), embalagem plástica com 500 g. Prazo de validade mínima de 180 dias da data de entrega	UN	1200	R\$ 1,58	R\$ 1.896,00
11	Sal iodado refinado, para consumo doméstico, embalagem com 01 Kg, com prazo de validade mínima de 180 dias da data de entrega	UN	1200	R\$ 0,93	R\$ 1.116,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 50.004,00 (cinquenta mil, quatro).

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03- **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Itens acima descritos, para no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da publicação da homologação, comparecer na Prefeitura Municipal de Pitanga, no Centro Administrativo 28 de Janeiro 171, Centro. Para assinar a Ata de Registro de Preço referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação e no Artigo 81 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Pitanga, 28 de fevereiro de 2019.

Dr. Maicol Geilson Callegari Rodrigues Barbosa
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PITANGA

CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO

RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA 03/2019

OBJETO: Aquisição de garrafas plásticas personalizadas, em caráter de urgência para o dia internacional da mulher, dia 08 de março.

Face o contido nos pareceres exarados pela Procuradoria Técnica, Jurídica, Secretaria da Fazenda, e em vista das informações da Comissão Permanente de Licitação para aquisição de garrafas plásticas.

Ratifico a Declaração de Dispensa de Licitação N° 03/2019, totalizando o valor de **R\$ 13.230,00 (treze mil, duzentos e trinta reais)**, para a empresa **JAQUELINE MEIRA LIMA 03042389960**, inscrita no CNPJ 23.089.315/0001-52, com sede na Rua José Klosovski, Centro, Pitanga-PR, CEP: 85.200-000.

Em conformidade com o Art. 24, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Publique-se na forma do art. 26, da lei mencionada.

Pitanga, 28 de fevereiro de 2019.

Dr. Maicol Geilson Callegari Rodrigues Barbosa
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PITANGA

CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 8.666/93, Lei 10.520 de 17/07/2002, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão 9/2019 nestes termos:

Data Pregão 28/02/2019
Objeto REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BUFFET E TENDAS PIRAMIDAL, PARA O EVENTO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, NO DIA 08 DE MARÇO.

FORNECEDOR: IVO MARTINS - ME - CNPJ: 09.363.210/0001-19
Valor Total do Fornecedor: 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais).

LOTE 1 LOTE 1					
Valor Total do Lote: 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais).					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	ALMOÇO - Carne assada de porco e coxa e sobre coxa de frango. Arroz branco tipo 1. Salada de tomate e repolho. Farofa. REFRIGERANTE Refrigerante em garrafa descartável de 2000 ml. Os sabores devem ser variados, contendo as seguintes composições: cola - (água gasificada, extrato de noz de cola, cafeína, corante amarelo iv, acidulante ins 336 e aroma natural. Não contém glúten, não alcoólico), sabor laranja - (água gasificada, açúcar, suco natural de laranja, 10%, aroma artificial, acidulante ins 330, conservador ins 211, estabilizantes ins 444 e ins 480, corante artificial ins 110. não contém glúten, não alcoólico). OBS: A decoração do espaço, mesas e cadeira com capa, toalhas do Buffet, guardanapos, pratos de vidro, copos descartáveis, talheres de boa qualidade são de responsabilidade do fornecedor contratado assim como equipe suficiente para atender e servir os participantes.	UN	3000	R\$ 14,50	R\$ 43.500,00

FORNECEDOR: VELOSO & MARTINS LTDA - ME - CNPJ: 18.999.598/0001-30
Valor Total do Fornecedor: 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais).

LOTE 1 LOTE 1					
Valor Total do Lote: 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais).					
Item		Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	TENDAS TIPO PIRAMIDAL. Locação, com montagem e desmontagem, de tenda piramidal, tamanho 10 x 10 m com cobertura em lona branca black-out estilo piramidal, com base em estrutura metálica constituída e composta de calhas inteiriças laterais para captação e escoamento de água e abertura superior com protetor triangular tipo chapéu	UN	7	R\$ 1.250,00	R\$ 8.750,00



MUNICÍPIO DE PITANGA

CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

ADITIVO Nº. 08
CONTRATO Nº. 236/2013

Termo Aditivo do Contrato nº. 236/2013, de prorrogação de prazo e valor de vigência, celebrado entre o Município de Pitanga e o Sr. Silvano Carlos de Souza, na forma a seguir:

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE PITANGA e, de outro o Sr. Silvano Carlos de Souza, já qualificados, têm ajustado por mútuo consenso, o seguinte Termo Aditivo nº. 08 ao Contrato nº. 236/2013, referente à Licitação chamada pública 04/2013, para contratação de pessoa física sem vínculo empregatício, para atuação na área da Ação Social do Município de Pitanga, visando a prestação de serviço como Cuidador Social, para atendimento especial à jovem, em condição de vulnerabilidade, considerando a judicialização do caso (processo nº 000366884.2013.8.16.0136, em trâmite na Vara Cível, da comarca de Pitanga – Estado do Paraná), conforme o disposto a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com a cláusula TERCEIRA do contrato e já aditivado até o nº. 08, qual a vigência do contrato tem prazo de encerramento em 23/01/2019, fica prorrogado por 12 (doze) meses, encerrando-se em **23/01/2020**.
CLAUSULA SEGUNDA: Os valores originais do contrato se mantêm proporcionalmente para o período aditivado sendo R\$1.695,00 (mil seiscentos e noventa e cinco reais) mensais. Totalizando no período R\$20.340,00 (vinte mil trezentos e quarenta reais).
CLAUSULA TERCEIRA: as demais cláusulas permanecem inalteradas.
E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma.
Pitanga, 18 de janeiro de 2018.

Original devidamente assinado

Dr. Maicol Geilson C. R. Barbosa
Prefeito Municipal

Original devidamente assinado

Silvano Carlos de Souza
Contratada.



MUNICÍPIO DE PITANGA

CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

TERMO ADITIVO Nº. 09
CONTRATO Nº. 237/2013

Termo Aditivo de prazo e valor ao Contrato nº. 237/2013, celebrado entre o Município de Pitanga e a Sra. Eva Peris da Silva Hennis, na forma a seguir:

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PITANGA** e, de outro lado, a Sra. Eva Peris da Silva Hennis, já qualificados, têm ajustado por mútuo consenso, o seguinte Termo Aditivo nº. 09 ao Contrato nº. 237/2013, referente à Licitação nº. 04/2013, chamada pública, para contratação de pessoa física sem vínculo empregatício, para atuação na área da Ação Social do Município de Pitanga, visando a prestação de serviço como Cuidadora Social, para atendimento especial à jovem, em condição de vulnerabilidade, considerando a judicialização do caso (processo nº 000366884.2013.8.16.0136, em trâmite na Vara Cível, da comarca de Pitanga – Estado do Paraná), entre eles celebrado, conforme o disposto a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: De acordo com a cláusula terceira do contrato e já aditivado até o nº 08, qual a vigência do contrato tem prazo de encerramento em 23/01/2019, fica prorrogado por 12 (doze) meses, encerrando-se em 23/01/2020.
CLAUSULA SEGUNDA: Os valores originais do contrato se mantêm proporcionalmente para o período aditivado sendo R\$1.695,00 (mil seiscentos e noventa e cinco reais) mensais. Totalizando no período R\$20.340,00 (vinte mil trezentos e quarenta reais).
CLAUSULA TERCEIRA: as demais cláusulas permanecem inalteradas.
E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma.
Pitanga, 18 de janeiro de 2019.

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

Dr. Maicol Geilson C. R. Barbosa
Prefeito Municipal

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

Eva Peris da Silva Hennis
Contratada.



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - ESTADO DO PARANÁ

C N P J : 95.684.544/0001-26

RUA JOSÉ DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (42) 3644-1359



DECRETO N.º 010/2019

SÚMULA: Revoga Processo Licitatório n.º 118/2018, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 049/2018 e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA MARIA DO OESTE - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1.º: Fica revogado o Procedimento Licitatório n.º 118/2018, realizado na Modalidade Pregão Presencial n.º 049/2018, que tem como objeto à **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE URNAS MORTUÁRIAS, REMOÇÃO DENTRO DO MUNICÍPIO, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSLADO FUNERÁRIO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA MARIA DO OESTE”**, solicita-se a devida revogação, com fundamento nos arts. 49 e 81 da Lei Federal nº 8.666/93, e arts. 04 e 07 da Lei Federal 1052/2002 e Decretos 5.450/02 e 3.555/00, visando o atendimento do princípio da publicidade e da isonomia, permitindo a todos o exercício democrático do contraditório e do controle e da fiscalização dos atos de gestão da res pública, sendo assim **“REVOGADO”**, conforme entendimento no Despacho e Parecer Jurídico.

Art. 2º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste – Estado do Paraná, em 28 de Fevereiro de 2019.

JOSÉ REINOLDO OLIVEIRA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL - PR

CNPJ 7668025/0001-82
GESTÃO 2017-2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL N. 4/2017

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N. 12/2018

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE Valor CONTRATO ADMINISTRATIVO N.32/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL(PR) DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMITAL – PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion nº 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Senhor **VALDENEI DE SOUZA**.

CONTRATADO: PARANA FOODS COMERCIO EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Do Comercio , SN Margens Rod SC 283 - CEP: 89882000 - Bairro: Centro – PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 24.170.620/0001-37, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor (a) **ANDRE LUIZ DOS SANTOS**, portador do RG nº 3408161 e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.501.609-06 denominada CONTRATADA.

Fica aditivado 25% do valor unitário do Itens , do Contrato Administrativo n.32/2017, conforme tabela abaixo. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Administração, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

VALOR ATUAL DOS ITENS	PERCENTUAL ADITIVADO 25%	VALOR DOS ITENS ATUALIZADOS
R\$ 65.425,24	R\$ 581,74	R\$ 581,74

Palmital (PR),28/02/2019.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal

O Consórcio Intermunicipal de saúde- Guarapuava- Pinhão e Turvo – CISGAP, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento, que a licitação na modalidade Pregão nº. 003/2019 tendo como objeto, “Registro de Preços para eventuais aquisições de componentes de informática e a prestação de serviços de manutenção em computadores”, realizada em 26 de fevereiro de 2019, às 09h00 foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame.

Guarapuava, 27 de fevereiro de 2019.

Vanessa A. Rocha
Gestora Licitação e Compras
CISGAP

Vanessa Aparecida Rocha
Pregoeira
CISGAP



MUNICÍPIO DE

PALMITAL

GESTÃO 2017/2020
CNPJ-75.680.025/0001-82

PORTARIA Nº 156/2019

SUMULA: Concede Promoção Vertical a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Palmital, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Art. 31 da Lei Municipal n.º 691/2008, Plano de Cargos e Salários de 25/04/2008,

RESOLVE

Art. 1º- Conceder Promoção Vertical à Servidora **ALINE DE SOUZA PINTO**, portadora do RG 12.554.686-2 SSP/RS e inscrita no CPF/MF 082.672.889-88, conforme abaixo:

Cargo	Nível Atual	Nível Avançado
Auxiliar Administrativo	B – 01	C – 01

Art. 2º- Revogadas às disposições em contrário, esta portaria entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 19 de Fevereiro de 2019.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE

PALMITAL

GESTÃO 2017/2020
CNPJ-75.680.025/0001-82

PORTARIA Nº 157/2019

SÚMULA: Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º- Conceder ao Servidor Público **AIRTON ANTONIO SILVESTRI**, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 10/02/2018 a 09/02/2019 para serem usufruídas a partir de 26/02/2019 a 27/03/2019, de acordo com os artigos nº 7 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia **28 de março de 2019**.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 28 de Fevereiro de 2019.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE

PALMITAL

GESTÃO 2017/2020
CNPJ-75.680.025/0001-82

PORTARIA Nº 158/2019

SÚMULA: Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º- Conceder a Servidora Pública **IVANETE APARECIDA SARTORI**, servidora desta municipalidade lotada na Secretaria Municipal de Educação ocupante do cargo efetivo de Professora, **Licença para Tratamento de Saúde**, pelo período de **180 (cento e oitenta) dias** em conformidade com o Artigos de n.º 91 e 99 da Lei Municipal n.º 172 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, **a contar do dia 26 de Fevereiro de 2019**.

Art. 2º- Fica garantido e caracterizado Auxílio Doença o prazo descrito acima conforme estabelece o Art. 34 da Lei Municipal 679 - Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmital.

Art. 3º- Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia **25 de Agosto de 2019**.

Art. 4º- Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 28 de Fevereiro de 2019.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE

PALMITAL

GESTÃO 2017/2020
CNPJ-75.680.025/0001-82

PORTARIA Nº 159/2019

SUMULA: Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º- Conceder a Servidora Pública **ANGELA MAIARA DE OLIVEIRA**, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018, para serem gozadas a partir de 01/03/2018 a 30/03/2019, conforme requerimento da servidora e de acordo com os artigos nº 7 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia **01 de Abril de 2019**.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 28 de Fevereiro de 2019.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE

PALMITAL

GESTÃO 2017/2020
CNPJ-75.680.025/0001-82

PORTARIA Nº 160/2019

SUMULA: Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º- Conceder a Servidora Pública **MARIA IZABEL ANTUNES PLEP**, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 a 31/05/2014, para serem gozadas a partir de 01/03/2018 a 30/03/2019, conforme requerimento da servidora e de acordo com os artigos nº 7 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia **01 de Abril de 2019**.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 28 de Fevereiro de 2019.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE

PALMITAL

GESTÃO 2017/2020
CNPJ-75.680.025/0001-82

PORTARIA Nº 161/2019

SUMULA: Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º- Conceder a Servidora Pública **HELENICE BATISTA**, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 28/02/2017 a 27/02/2018, para serem gozadas a partir de 04/03/2018 a 02/04/2019, conforme requerimento da servidora e de acordo com os artigos nº 7 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia **03 de Abril de 2019**.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 28 de Fevereiro de 2019.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE

PALMITAL

GESTÃO 2017/2020
CNPJ-75.680.025/0001-82

PORTARIA Nº 162/2019

SUMULA: Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º- Conceder a Servidora Pública **NATANE CARLA CAMARGO DA SILVA**, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 31/01/2018 a 30/01/2019, para serem gozadas a partir de 06/03/2018 a 04/04/2019, conforme requerimento da servidora e de acordo com os artigos nº 7 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia **05 de Abril de 2019**.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 28 de Fevereiro de 2019.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE

PALMITAL

GESTÃO 2017/2020
CNPJ-75.680.025/0001-82

PORTARIA Nº 163/2019

SUMULA: Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º- Conceder a Servidora Pública **CAROLINE BRZEZINSKI CARVALHO**, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 31/01/2018 a 30/01/2019, para serem gozadas a partir de 18/03/2018 a 16/04/2019, conforme requerimento da servidora e de acordo com os artigos nº 7 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia **17 de Abril de 2019**.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 28 de Fevereiro de 2019.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE

PALMITAL

GESTÃO 2017/2020
CNPJ-75.680.025/0001-82

PORTARIA Nº 164/2019

SUMULA: Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º- Conceder a Servidora Pública **ROSA DA APARECIDA RODRIGUES BOBALO**, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 20/07/2017 a 19/07/2018, para serem gozadas a partir de 01/03/2018 a 30/03/2019, conforme requerimento da servidora e de acordo com os artigos nº 7 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia **01 de Abril de 2019**.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 28 de Fevereiro de 2019.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE

PALMITAL

GESTÃO 2017/2020
CNPJ-75.680.025/0001-82

PORTARIA Nº 165/2019

SUMULA: Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º- Conceder ao Servidor Público **JEFFERSON MARCELO DOS SANTOS**, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 02/05/2017 a 01/05/2018 para serem usufruídas a partir de 01/03/2019 a 30/03/2019, de acordo com os artigos nº 7 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia **01 de Abril de 2019**.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 28 de Fevereiro de 2019.

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal